

E agora, como fica a economia?

Brasil

Está aí o que já se esperava: o Brasil, outra vez, quebrado, sem dólares para pagar suas contas.

Em 1983, quando isso aconteceu pela primeira vez, o governo brasileiro de então não era menos responsável do que o atual pelo colapso cambial. Mas tinha para a crise, pelo menos, duas desculpas: o segundo choque do petróleo que puxou os preços do barril a 36 dólares e a alta feroz das taxas internacionais de juro que chegaram a 20% ao ano.

Destá vez, não há bode expiatório externo a apontar: o petróleo está custando coisa de 17 dólares por barril; as taxas internacionais de juro estão até em baixa, a 8,5% ao ano; e nem a política do Fundo Monetário Internacional pode ser culpada pelo nosso miserê porque o governo a rechaçou.

Portanto, se o objetivo fosse mesmo o de procurar culpados, eles teriam que ser procurados aqui dentro. Sobre isso, o que se pode dizer é que tudo começou quando o governo usou a economia e o Plano Cruzado não para resol-

ver os problemas mas para ganhar as eleições.

Mas o objetivo agora não é encontrar e crucificar culpados mas tentar entender o que vai acontecer daqui para frente: quem vai perder com a crise? O que vai ser do emprego, do salário e dos investimentos? Como evitar prejuízos ou, mesmo, tirar algum proveito da situação?

Não é Aids

Antes de mais nada, é preciso esconjurar a catastrofismo. O Brasil vai mal mas não faliu nem vai falir. A atual fase de insolvência não é Aids, que não tem remédio e leva à morte certa. É apenas uma infecção séria, sem dúvida, mas curável com uma dose adequada de antibióticos e de um bom regime alimentar.

De mais a mais, o Brasil não está sozinho. Os próprios credores são os primeiros interessados a impedir o colapso cambial não só porque isso implicaria quebra de um bom número de bancos internacionais mas, também, porque da própria saúde financeira do Brasil vai

depende a continuidade do recebimento dos juros mais o principal da dívida externa. Portanto, os bancos não terão opção que não seja a de socorrer a economia brasileira com uma transfusão de emergência.

O passo seguinte é tentar saber como fica a economia e quais serão as mudanças, sejam elas exigidas ou não pelos credores externos.

Desequilíbrio

É preciso partir do princípio de que tudo isso aconteceu por causa de fortes desequilíbrios na economia. Não falta quem continue afirmando que esses desequilíbrios são importados, de que vêm de fora para dentro da economia. Não há como negá-los: a própria economia mundial está vivendo uma fase de forte instabilidade. No entanto, como ficou dito acima, as principais fontes de desequilíbrio são internas. São, principalmente, as despesas excessivas do setor público e um consumo desproporcionalmente superior à oferta de mercadorias e serviços no mercado interno.

As despesas excessivas estão gerando déficit, obrigando o governo a aumentar sua dívida interna e a emitir moeda o que é, ao mesmo tempo, fator de alta das taxas de juro e de inflação. E o consumo superior à capacidade da economia gera — como gerou — escassez, desabastecimento, sangria nas reservas externas, aumento de preços e tudo mais.

Ajuste

Em seu pronunciamento à Nação, na última sexta-feira, o presidente da República anunciou um "severo plano de contenção de despesas e de estabilização da economia". Ajustar a economia não significa apenas tentar quebrar o mau humor dos banqueiros e voltar a garantir o pagamento da dívida das importações. Significa eliminar essas distorções que estão emperrando o desenvolvimento econômico.

Nessas condições, é muito difícil evitar um certo grau de recessão ou, pelo menos, de redução da atividade econômica porque será

necessário cortar importações e reduzir fortemente o consumo.

Venha com que nome vier, a recessão (ou essa redução da atividade econômica) deverá resolver um punhado de problemas do governo. Deverá gerar, excedentes exportáveis (antes consumidos) que ajudariam a reequilibrar a balança comercial; deverá canalizar mais recursos para a poupança nacional e para o investimento e, com isso, tornar possível, num segundo momento, conter a alta das taxas internas de juros.

O ajuste econômico deverá reduzir, também, o emprego de mão-de-obra e segurar salários. E de se esperar, também, uma redução do poder de barganha dos sindicatos. Tão logo entenda que seu emprego está ameaçado, o trabalhador vai preferir garantir o emprego a arriscar-se em greves por aumento de salários.

Consequências

Em resumo, você pode esperar as seguintes consequências:

(1) Incentivo às exportações e contenção das importações. Por is-

so, as desvalorizações cambiais terão que continuar alguma coisa acima da inflação.

(2) Taxas elevadas de juros. O que está escasso é mesmo dinheiro, fica fácil entender que o preço do dinheiro vai continuar alto, pelo menos até que o aumento da poupança reverta a situação.

(3) Contenção de salários. Não conte com distribuição de renda. O gatilho está ameaçado. E a própria inflação deverá encarregar-se de reduzir o poder aquisitivo. O governo imagina que uma eventual reação dos sindicatos poderá ser esvaziada com uma certa dose de demprego técnico — como acima ficou explicado — e também com uma política de união nacional entre proletariado e burguesia (trabalhadores e empresários) — como disse Sarney).

Em todo caso, nas próximas semanas deverão ser adotadas importantes decisões de política econômica e, a partir daí, será mais fácil prever o que vai acontecer.

C.M.